

**AO JUÍZO DAS VARAS DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX/DF.**

**FULANO DE TAL**, menor impúbere, representado neste ato por sua genitora FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG. n.º XXXXXX, inscrita no CPF sob o n.º XXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXX-XXXX, XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, endereço eletrônico XXX, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor a presente:

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C RETIFICAÇÃO DE  
REGISTRO PÚBLICO**

em desfavor de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, podendo ser encontrado na seu local de trabalho, XXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXX-XXXX, demais dados desconhecidos, e **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do R.G nº XXXXXXXX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal podendo ser encontrado em seu local e trabalho, XXXXXXXXXXXXXXX, situado na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelos motivos abaixo expostos.

**DOS FATOS**

A genitora do menor, **FULANO DE TAL**, mantinha relacionamento amoroso simultâneo com os dois requeridos, com relações sexuais sem uso de método contraceptivo, o que resultou na sua gravidez.

Em XX.XX.XXXX, quando o Requerente nasceu, o segundo Requerido, **FULANO DE TAL**, assumiu a sua paternidade e procedeu ao registro de nascimento da criança, conforme cópia da certidão de nascimento anexa, pois este convivia em união estável com a mãe do Requerente, findando o relacionamento no início do ano de XXXX.

Em XXXX, o primeiro requerido, FULANO DE TAL, aproximou-se do Requerente e de sua genitora, passando a visitá-los constantemente. Notando as semelhanças entre ele e o menor, propôs a realização de exame de DNA, onde restou comprovado que Requerente, FULANO DE TAL, é filho do primeiro Requerido, Pai de Tal.

Contudo, após a confirmação da paternidade, o primeiro Requerido deixou de visitá-los.

Sendo assim, considerando o equívoco em seu Registro de nascimento, já que o segundo Requerido, FULANO DE TAL, não é seu pai, o Requerente pleiteia a retificação de seu registro para onde constam os dados do segundo Requerido, FULANO DE TAL e de seus ascendentes, passe a constar os dados do seu pai biológico, **FULANO DE TAL e de seus verdadeiros avós paternos.**

## **DO DIREITO**

O filho havido fora do casamento não é beneficiado pela presunção legal de paternidade. Não obstante o vínculo biológico existente, falta-lhe o vínculo jurídico de parentesco, que só surge com o reconhecimento.

Dispõe o art. 27 da Lei 8.069/92, *in verbis*:

“O reconhecimento do Estado de filiação é direito personalíssimo, indispensável e imprescritível, podendo ser exercido contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observando o Segredo de Justiça”.

Trata-se, assim, de um direito personalíssimo e indisponível do menor, o reconhecimento da paternidade.

Segundo as diretrizes principiológicas da Carta Magna, quais sejam, a dignidade da pessoa humana, a igualdade substancial e o amplo e irrestrito direito à perfilhação, não é possível se falar em hipóteses

limitativas de cabimento da ação investigatória.

Devido ao avanço da engenharia genética, com o exame de DNA, já é possível se ter a “certeza científica” da ascendência genética, e, deste modo, afirmar a paternidade com grau praticamente absoluta de certeza.

O fato de haver a recusa do Requerido para a realização do DNA acarretará uma presunção de que é o pai, consoante a Súmula n.º301 do STJ, a saber:

“Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade. ”

Assim dispõem, também, os art. 231 e 232 do Código Civil:

**Art. 231.** Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa.

**Art. 232.** A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

## **DOS ALIMENTOS**

A obrigação alimentar está fundamentada na preservação da vida humana e a necessidade de dar às pessoas certa garantia no que se refere aos seus meios de subsistência, tendo como pilar sólido a fixação do valor da pensão na proporção da necessidade de quem a reclama e da possibilidade do alimentante, cabível no bojo da presente ação, consoante prescreve o art. 7º da Lei 8560/92, *in verbis*:

**Art. 7º** - Sempre que na sentença de primeiro grau se reconhecer a paternidade, nela se fixarão os alimentos provisionais ou definitivos do reconhecido que deles necessite.

Insta ressaltar ainda que o Código Civil ampliou o espectro da pensão alimentícia, passando esta a englobar as necessidades para se viver de modo compatível com a condição social do alimentando. Vejamos:

**Art. 1.694.** Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada

Deste modo, na mensuração, além das necessidades básicas de habitação, alimentação, vestuário e saúde, inclui-se o mínimo para o lazer, essencial ao desenvolvimento regular e sadio da criança.

Além disso, é o entendimento pacífico dos tribunais. Vejamos:

DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. PLEITO DE MAJORAÇÃO DA VERBA. CAPACIDADE DO ALIMENTANTE. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. SÚMULA 277 DO STJ. 1. Apelação contra sentença que, em ação de conhecimento (investigação de paternidade c/c alimentos), julgou procedente o pedido para declarar o requerido pai biológico do autor (determinando as adequações registras pertinentes), bem assim para condená-lo ao pagamento de pensão alimentícia na importância mensal de XX% (XXXXXX) de sua remuneração bruta, abatidos os descontos compulsórios (IR e INSS) e acrescida da respectiva cota do salário família e auxílio creche, se houver, bem como 13º e férias. 2. Os alimentos devem ser fixados equitativamente pelo Juiz, levando-se em conta a necessidade do alimentando e a capacidade contributiva do alimentante, nos termos do artigo 1.694, § 1º, do Código Civil. 3. Inexistente aprofundamento sobre a equivalência no que se refere às necessidades dos alimentados ou, ainda, da verificação da capacidade financeira das mães das crianças, revela-se descabida a majoração da verba alimentar arbitrada a um dos filhos unilaterais. 4. No caso, embora se reconheça que os fatos de o réu ter constituído nova família (tendo outra filha menor sob sua guarda) e dever alimentos a outras duas filhas anteriores não justifiquem, sozinhos, a imposição de obrigação alimentar menor que a da genitora; não se pode majorar a verba fixada em sentença para o patamar almejado pelo apelante, sem ponderar os reflexos no comprometimento da subsistência dos demais dependentes do alimentante. 5. **O entendimento pacífico dos tribunais, em se tratando de investigação de paternidade cumulada com alimentos, é no sentido de que estes devem retroagir à data da citação válida, em consonância com a Lei n.º 5.478/68, artigo 13, §2º, e o enunciado nº 227, do STJ.** 6. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(Acórdão n.1196261, XXXXXXXXX, Relator: XXXXXXXXXXXXX 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: XX/XX/XXXX, Publicado no DJE: XX/XX/XXXX. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Destarte, provada a paternidade, com fulcro no poder familiar, requer o arbitramento dos alimentos no equivalente a **XX% (XXXXXXXX)** dos seus rendimentos brutos, abatidas apenas as verbas compulsórias, acrescidos de salário família e auxílio creche se houver, que deverá ser depositado **na conta poupança nº XXXXXXXX, agência XXXX, operação XXX, do banco XXXXXXXXXXXXXXXX**, em nome da genitora do menor, até o dia XX (XXXX) de cada mês, uma vez que ele trabalha como cobrador de transporte público e recebe renda mensal de aproximadamente R\$ XXXXX (XXXXXXXX).

Importante frisar, ainda, que a omissão do Requerido, mesmo após reconhecimento da paternidade, sujeitar-lhe-á às sanções previstas no Código Penal, no que tange ao abandono material, senão vejamos:

Capítulo III - Dos Crimes Contra a Assistência Familiar  
Abandono material

**Art. 244.** Deixar, sem justa causa, de prover à subsistência do cônjuge, **ou de filho menor de 18 (dezoito) anos** ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou valetudinário, **não lhes proporcionando os recursos necessários** ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Assim, diante da confirmação de que o segundo Requerido, FULANO DE TAL, é pai biológico do Requerente, conforme demonstrado pelo exame de DNA anexo, a procedência do pedido é medida irrefutável.

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

**a)** o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, em conformidade com o artigo 98 e ss do CPC e das disposições da Lei 1.060/50 (declarações anexas);

**b)** a intimação do representante do Ministério Público, na forma da lei;

**c)** a citação do requerido, no endereço supra, para, querendo, apresentar resposta dentro do prazo legal, tendo em vista a parte Requerente **NÃO** possuir interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, em atenção ao art. 319, inciso VII do CPC;

**d)** a procedência do pedido, para declarar, por sentença, que o segundo Requerido, XXXXXXXX, **não é o pai biológico** da parte requerente, determinando a exclusão do seu nome e dos avós paternos do registro de nascimento do menor, expedindo-se o ofício para o serviço registral competente;

**e)** a procedência do pedido para declarar, por sentença, que o primeiro Requerido, **XXXXXXXXXX, É O PAI BIOLÓGICO** da parte requerente, determinando a inclusão do nome do pai, dos avós paternos e o sobrenome do pai, o qual passará a chamar-se **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, expedindo-se o ofício ao serviço registral competente;

**f)** A procedência do **pedido de alimentos**, para condenar o primeiro Requerido, XXXXXXXX, a pagar ao Requerente alimentos **no valor correspondente a XX% (XXXXXX) dos seus rendimentos brutos, abatidas apenas as verbas compulsórias, acrescidos de salário família e auxílio creche se houver, que deverá ser depositado na conta poupança nº XXX, agência XXX, operação XXX, do Banco XXXXXXXXXXXXXXXX**, devidos desde a citação;

**g)** a condenação dos requeridos nas custas processuais e honorários advocatícios, revertidos em favor da Defensoria Pública do Distrito Federal (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007, Decreto nº 28.757/2008), e depositados no Banco XXXX, Código do Banco XXX, Agência XXX, Conta XXXXX - PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

Dá à causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXX/DF, XX de XXXXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**

## **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA**

**FULANO DE TAL**, menor, impúbere, representado neste ato por sua genitora **FULANO DE TAL**, **nacionalidade**, estado civil, profissão, portadora do RG. n.º XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o n.º XXXXX, residente

e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXX, declara, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983 e ainda, com a finalidade de obter os benefícios da gratuidade da justiça (Lei nº 1.060, de 05/02/1950), que não possui condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até XX (XXX) vezes os valores das custas judiciais sonegadas (Lei nº 1.060/50, art. 4º §1º).

Declara, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Outrossim, comprometendo-se a comparecer quinzenalmente ao fórum ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inciso III do art. 267, do Código de Processo Civil, o processo será extinto, sem resolução de mérito, quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXX/DF, XX de XXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público da Defensoria Pública**